



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA



PARECER JURÍDICO

Projeto de Lei nº 019/2025

Relatório:

O Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Natércia, MG, formula a este órgão de Assessoria Jurídica a seguinte Consulta:

“O Projeto de Lei nº 019/2025 está em conformidade com as normas legais e constitucionais vigentes?”

À presente consulta respondo nos termos que seguem.

Parecer:

Cuida-se de projeto de lei de iniciativa do Prefeito Municipal que dispõe sobre criação do Programa de Execução das Ações do Plano Macrorregional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (PEGTES) no Município de Natércia e dá outras providências.

Preambularmente, quanto à constitucionalidade do projeto de lei em referência, cumpre frisar que seu tema está inserido na competência legislativa do município, conforme resguarda a Constituição Federal vigente, em seus artigos 23, II, 30, I e VII, e 198, e a Lei Orgânica do Município (arts. 34, XI, 45, I, 80, I, 148 e 149).

Quanto à legalidade formal e iniciativa, também vale atentar que o projeto de lei não padece de qualquer vício de ilegalidade já que não extravasa a competência administrativa do município, estando também incluída dentre aquelas matérias cuja iniciativa cabe ao Prefeito Municipal (art. 45, I, da LOM).

Da mesma forma, demonstra-se válido o veículo legislativo utilizado, pois a matéria não se encontra prevista dentre aquelas previstas no rol

Praça Prefeito Antônio Virgílio da Silva, nº 180
Centro—Natércia/MG—CEP: 37524-000
Email: camara_natercia@hotmail.com
Tel: (0XX35) 3456-1582/ 3456-1672
Site: www.cmnatercia.mg.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA



estampado do parágrafo único do art. 44 da LOM, devendo seguir por meio de lei complementar.

Quanto à técnica legislativa, insta observar que a proposição não merece retoques, uma vez que respeita o disposto na Lei Complementar nº 95/98.

Quanto ao mérito da questão, vale observar que a proposta enviada tem por objetivo criar o Programa de Execução das Ações do Plano Macrorregional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (PEGTES) no município de Natércia-MG. O programa visa fortalecer e integrar as políticas de gestão do trabalho e educação em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme diretrizes do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais.

Para viabilizar o programa, serão designados 6 servidores da Secretaria Municipal de Saúde para compor a equipe técnica, que atuará estrategicamente em toda a Macrorregião de Saúde de Pouso Alegre. Esses profissionais receberão um pagamento adicional temporário de R\$ 500,00 mensais por produtividade estratégica, custeado exclusivamente com recursos federais do Programa Valoriza GTES-SUS, sem impacto no Tesouro Municipal.

Pois bem.

Analisando-se os termos do projeto proposto, necessário destacar que o Programa de Valorização da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (ValorizaGTES-SUS) foi criado pelo Ministério da Saúde para fortalecer a capacidade dos estados e municípios em planejar, organizar e qualificar a força de trabalho do SUS, ao mesmo tempo em que promove a educação permanente dos profissionais de saúde.

Verifica-se que o programa reconhece que um sistema de saúde eficiente depende não apenas de infraestrutura e recursos materiais, mas fundamentalmente de trabalhadores bem dimensionados, valorizados, qualificados e com condições adequadas de trabalho. Para tanto, transfere recursos financeiros para que estados e municípios desenvolvam ações concretas como: fazer diagnóstico e

Praça Prefeito Antônio Virgílio da Silva, nº 180
Centro—Natércia/MG—CEP: 37524-000
Email: camara_natercia@hotmail.com
Tel: (0XX35) 3456-1582/ 3456-1672
Site: www.cmnatercia.mg.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA



planejamento da força de trabalho, revisar planos de carreira, implementar programas de qualidade de vida, realizar capacitações, criar espaços de troca de experiências e fortalecer a educação permanente em saúde.

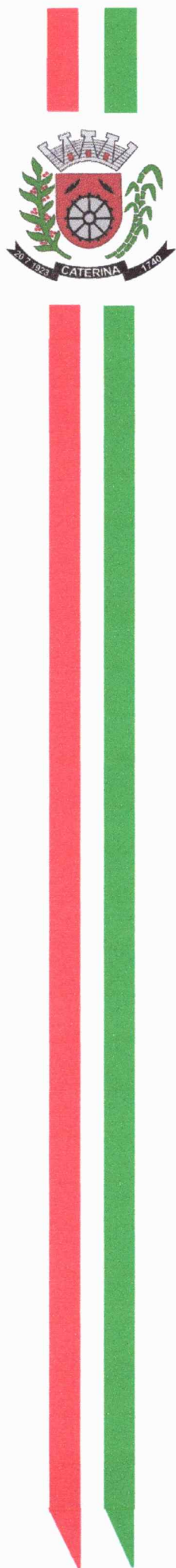
O programa busca regionalizar essas políticas, ou seja, fazer com que cada território identifique suas necessidades específicas e construa soluções em conjunto com outros municípios da região, fortalecendo espaços como as Comissões de Integração Ensino-Serviço (CIES). O foco está em criar condições para que os trabalhadores da saúde sejam valorizados, qualificados continuamente e atuem em ambientes de trabalho saudáveis e bem organizados, resultando em melhor atendimento à população.

Natércia foi contemplada com 8 (oito) ações específicas dentro do Programa Valoriza GTES-SUS, conforme pactuação na macrorregião Sul:

Nº	Ação	Valor
17	Implantar/revisar o plano de cargos e salários municipal e fomentar que aconteça nos municípios	R\$25.000,00
18	Qualificar profissionais no uso de ferramentas formais de gestão (CNES, e-SUS, etc.)	R\$25.000,00
19	Fomentar parcerias com instituições de ensino para criar ferramentas de gestão e informação	R\$40.000,00
20	Fomentar parcerias com instituições de ensino para criar ferramentas de gestão e informação	R\$50.000,00
23	Realizar ações para implementar o Plano de Educação Permanente em Saúde	R\$15.309,64
25	Inserir instituições formadoras do SUS nas discussões sobre educação permanente	R\$15.300,00
26	Retomar discussões e ações regionais para aproximar atores e identificar demandas	R\$15.300,00
27	Utilizar instrumento de diagnóstico da GTES para análise da educação na saúde	R\$32.000,00

Conclui-se, portanto, que os recursos devem ser usados para contratar consultorias especializadas (revisão do plano de cargos), realizar eventos e capacitações (compartilhamento de experiências e educação permanente), estabelecer

Praça Prefeito Antônio Virgílio da Silva, nº 180
Centro—Natércia/MG—CEP: 37524-000
Email: camara_natercia@hotmail.com
Tel: (0XX35) 3456-1582/ 3456-1672
Site: www.cmnnatercia.mg.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA



parcerias com universidades (desenvolvimento de ferramentas de gestão) e fazer diagnósticos sobre a situação da força de trabalho e educação na saúde no município.

Noutro giro, chama-nos a atenção o fato de que nenhuma dessas ações autoriza o pagamento de gratificação ou produtividade a servidores.

Como o projeto de lei não veio instruído com documentações que possam dirimir a questão, sugere-se seja oficiado o Poder Executivo Municipal, autor da proposta para que informe se o pagamento do adicional de que trata o artigo 6º deste projeto de lei com recursos do Programa de Valorização da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - ValorizaGTES-SUS atende ao disposto no parágrafo único do artigo 13 da Portaria GM/MS Nº 2.168, de 5 de dezembro de 2023, na medida em que tal despesa não se encontra prevista dentre as ações do PEGTES/MG relativamente ao Município de Natércia.

No mais, insta ressaltar que a aprovação da presente proposição encerrará aumento das despesas com pessoal, com eminente caráter continuado, razão pela qual afigura-se necessário o respeito aos arts. 16 e 21 da Lei Complementar nº 101/00.

Sem prejuízo e em razão do conseqüente incremento das despesas com pessoal, a proposta deverá vir acompanhada da estimativa de impacto financeiro-orçamentário no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e da declaração do ordenador de despesa de que tal aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, nos moldes dos incisos I e II do art. 16 da LRF.

Também deve a proposta comprovar o percentual do gasto com pessoal do Executivo para fins de análise de viabilidade de frente ao disposto nos arts. 20, III, "b", e 22, parágrafo único, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, indicando-se se tal aumento extrapolará o limite legal das despesas com pessoal do Poder Executivo. Ademais, caberá ao plenário avaliar sob os prismas da conveniência e oportunidade a adoção da presente medida.



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA




No que toca ao quórum para aprovação, o mesmo deverá corresponder ao da maioria simples uma vez que não está sujeita ao quórum definido no *caput* do art. 44 da LOM.

Com relação ao processo de votação, o Regimento Interno da Câmara Municipal – RICM determina a forma simbólica já que a matéria não desafia outra forma especial para a deliberação (arts. 161 e 162).

É o parecer, s.m.j.

Natércia, 21 de outubro de 2025.


WILSON ROBERTO DA SILVA
OAB/MG nº 171850
ASSESSOR JURÍDICO LEGISLATIVO